

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis da Promotiva S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

A Promotiva S.A. é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para celular e outros serviços e produtos financeiros no País; a operacionalização de contratos e convênios de

prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.

No encerramento do exercício de 2020, a Promotiva S.A. registrou resultado de R\$ 33,9 milhões, antes de R\$ 29,2 milhões em 2019. Já o patrimônio líquido evoluiu de R\$ 67,7 milhões no encerramento de 2019 para R\$ 93,5 milhões em 2020.

Aos acionistas da Promotiva é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro de cada período, deduzindo-se o montante destinado à Reserva legal. A Administração aprovou em 31 de dezembro de 2020 a distribuição sobre o Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 8.041 (R\$ 6.935 em 31 de dezembro de 2019).

Agredecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pelo sucesso alcançado em 2020.

São Paulo, 11 de março de 2021

**A Diretoria**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019</b> (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	31.12.2020	31.12.2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>122.619</b>	<b>100.462</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	66	303
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	54.803	27.405
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	30.266	25.585
Ativos tributários correntes	8a	37.441	46.929
Outros ativos		43	240
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.821</b>	<b>7.451</b>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	674	-
Ativos tributários diferidos	8b	7.933	7.182
Ativo imobilizado (Ativos tangíveis)	9	214	268
Ativos intangíveis	10	-	1
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>131.440</b>	<b>107.913</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019</b> (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	31.12.2020	31.12.2019
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>35.644</b>	<b>38.960</b>
Passivos tributários correntes	11a	3.417	15.992
Outros passivos	12	32.227	22.968
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.301</b>	<b>1.272</b>
Outros passivos	12	2.301	1.272
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>93.495</b>	<b>67.681</b>
Capital social	13a	46.662	29.570
Reservas		46.833	38.111
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>131.440</b>	<b>107.913</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		realizado	Reserva legal	Outras reservas	acumulados		
<b>EVENTOS</b>							
<b>Saldos em 31.12.2018</b>		<b>16.189</b>	<b>2.467</b>	<b>26.762</b>			<b>45.418</b>
Aumento de capital	13a	13.381	-	(13.381)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.198	29.198	-
Destinações:							
Reserva legal	13c	-	1.460	-	(1.460)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13c	-	-	-	(6.935)	(6.935)	-
Reserva estatutária		-	-	20.803	(20.803)	-	-
<b>Saldos em 31.12.2019</b>		<b>29.570</b>	<b>3.927</b>	<b>34.184</b>			<b>67.681</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>13.381</b>	<b>1.460</b>	<b>7.422</b>			<b>22.263</b>
<b>Saldos em 31.12.2019</b>		<b>29.570</b>	<b>3.927</b>	<b>34.184</b>			<b>67.681</b>
Aumento de capital	13a	17.092	-	(17.092)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.855	33.855	-
Destinações:							
Reserva legal	13c	-	1.693	-	(1.693)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13c	-	-	-	(8.041)	(8.041)	-
Reserva estatutária		-	-	24.121	(24.121)	-	-
<b>Saldos em 31.12.2020</b>		<b>46.662</b>	<b>5.620</b>	<b>41.213</b>			<b>93.495</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>17.092</b>	<b>1.693</b>	<b>7.029</b>			<b>25.814</b>

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**1. A PROMOTIVA E SUAS OPERAÇÕES**

A Promotiva S.A. (Companhia, instituição ou entidade) é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para celular e outros serviços e produtos financeiros no País; a operacionalização de contratos e convênios de prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**a) Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (PME).

**b) Base de reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em Receitas/Despesas de juros no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Estimativas contábeis e julgamento**

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhados na nota explicativa 4.

**e) Autorização das demonstrações contábeis**

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2021.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

**a) Apuração do resultado**

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis à sua natureza.

Receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.

Receitas serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflete contraprestação a que a entidade espera ter direito no prazo desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

**c) Ativos e passivos financeiros**

De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros). O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar significativamente os fluxos de caixa contratuais futuros.

Os modelos de negócios da entidade refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da entidade é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

- Modelo de negócio cujo o objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (custo amortizado); nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
- Modelo de negócio cujo o objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.

Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado. A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda a classificação, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

- Modelo de negócio cujo o objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.
- Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado. A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda a classificação, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

- Modelo de negócio cujo o objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.
- Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado. A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda a classificação, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:

- Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (accrual) dos juros do ativo financeiro no resultado.
- Valor justo por meio de Outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".
- Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

**d) Ativos e passivos tributários**

O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável. A constituição do ativo tributário diferido do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico comprobatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração. O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

As COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,6% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor. O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**e) Ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Sistemas de processamento de dados - 20%;
- Demais itens - 10%;
- A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
<b>Receitas</b>		<b>79.433</b>	<b>69.378</b>
Receitas de prestação de serviços	14	79.476	67.345
Receitas financeiras	6b	1.080	1.522
Outros resultados operacionais	17	(1.123)	511
<b>Insuomos adquiridos de terceiros</b>		<b>(1.909)</b>	<b>(1.718)</b>
Manutenção e conservação de bens	16	(92)	(161)
Publicação, propaganda e publicidade	16	(82)	(119)
Serviços técnicos especializados	16	(108)	(155)
Contribuições filantropicas	16	(1.234)	(542)
Outros	16	(393)	(741)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>77.524</b>	<b>67.660</b>
Despesas de amortização/depreciação	16	(55)	(52)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>77.469</b>	<b>67.608</b>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>77.469</b>	<b>67.608</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>77.469</b>	<b>67.608</b>
<b>Pessoal</b>		<b>9.863</b>	<b>12,73%</b>
Salários e honorários	15	6.996	5.797
Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados		8.041	6.935
Benefícios, treinamentos e previdência privada complementar	15	1.168	1.109
FGTS		512	493
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>32.952</b>	<b>42,54%</b>
Federais		26.650	22.640
Municipais		6.302	6.622
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>799</b>	<b>1,03%</b>
Aluguéis	16	799	935
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>33.855</b>	<b>43,70%</b>
Dividendos		8.041	6.935
Lucro retido		25.814	22.263

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**f) Outros ativos e outros passivos**

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

**g) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - Aplicação Geral**  
O modelo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela segregação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.

Em relação a ativos não financeiros, o teste de perda por redução ao valor recuperável é realizado no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na rubrica "Outros resultados operacionais".

**h) Principais normas e interpretações que entram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2020**  
**• Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual framework)** - Revisão cujas principais alterações referem-se a definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Alteração efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não houve impactos significativos na adoção.

**• Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Fase 1** - Em decorrência da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado - IBOR (*Interbank Offered Rate*), por exemplo LIBOR e EURIBOR, as avaliações das estruturas de  *hedge accounting* que se utilizam destas taxas poderão ser afetadas. As alterações promovidas pelo IASB têm por objetivo reduzir eventuais impactos nas relações de proteção caso a reforma das taxas de juros de referência gerem incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa do objeto ou do instrumento de  *hedge*. Estas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Companhia não possui operações dessa natureza.

**i) Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros**  
**• Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Fase 2** - Estas alterações envolvem ativos e passivos financeiros indexados a taxas de juros utilizadas como referências de mercado - IBOR (*Interbank Offered Rate*), por exemplo LIBOR e EURIBOR. As alterações realizadas pelo IASB têm por objetivo endoçar o tratamento para a modificação de ativos e passivos financeiros referenciados em tais taxas e orientar sobre divulgações adicionais necessárias caso a reforma das taxas de juros de referência produzam impactos aos instrumentos financeiros da entidade. Tais alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia não possui operações dessa natureza.

**4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Em atendimento às normas aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (PME), a Administração adota estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que não são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas as principais políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

**a) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
As exigências de  *impairment* requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
- Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
- Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter  *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

**b) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos**  
A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de Governança. Referidas projeções estão embasadas no Planejamento Estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico (por exemplo inflação, taxa de juros, etc.), desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

**c) Valor justo dos instrumentos financeiros**

### 15. DESPESAS DE PESSOAL

Honorários	(780)	(792)
Benefícios	(1.030)	(1.049)
Encargos sociais	(2.020)	(1.918)
Proventos	(6.216)	(5.005)
Treinamento	(35)	(26)
Previdência privada complementar	(103)	(34)
Participação nos lucros e resultados	(1.187)	(814)
<b>Total</b>	<b>(11.371)</b>	<b>(9.638)</b>

Exercício/2020	Exercício/2019
(780)	(792)
(1.030)	(1.049)
(2.020)	(1.918)
(6.216)	(5.005)
(35)	(26)
(103)	(34)
(1.187)	(814)
<b>(11.371)</b>	<b>(9.638)</b>

### 16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Aluguéis	(799)	(935)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(92)	(161)
Despesas de processamento de dados	(143)	(41)
Despesas de promoções e relações públicas	(10)	(168)
Despesas de publicação, propaganda e publicidade	(82)	(119)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(20)	(86)
Despesas de serviços técnicos especializados	(108)	(155)
Despesas de contribuições filantrópicas	(1.234)	(542)
Amortização	(1)	(1)
Depreciação	(54)	(51)
Outras	(220)	(446)
<b>Total</b>	<b>(2.763)</b>	<b>(2.705)</b>

Exercício/2020	Exercício/2019
(799)	(935)
(92)	(161)
(143)	(41)
(10)	(168)
(82)	(119)
(20)	(86)
(108)	(155)
(1.234)	(542)
(1)	(1)
(54)	(51)
(220)	(446)
<b>(2.763)</b>	<b>(2.705)</b>

### 17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Atualização de tributos pagos a maior	381	538
Perdas operacionais	(1.504)	(12)
Outros	-	(15)
<b>Total</b>	<b>(1.123)</b>	<b>511</b>

Exercício/2020	Exercício/2019
381	538
(1.504)	(12)
-	(15)
<b>(1.123)</b>	<b>511</b>

### 18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

Valores correntes	(18.354)	(14.620)
IR e CSLL no país - Corrente	(18.354)	(14.620)
Valores diferidos	750	3
Provisões passivas	750	3
<b>Total</b>	<b>(17.604)</b>	<b>(14.617)</b>

Exercício/2020	Exercício/2019
(18.354)	(14.620)
(18.354)	(14.620)
750	3
750	3
<b>(17.604)</b>	<b>(14.617)</b>

#### b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	51.459	43.815
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(17.604)	(14.617)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(17.900)	(15.174)
Outros valores	296	557

Exercício/2020	Exercício/2019
51.459	43.815
(17.604)	(14.617)
(17.900)	(15.174)
296	557

### 19. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria:

Exercício/2020	Exercício/2019	
Honorários, pró-labore e outros	780	792
Gratificações	1.338	623
Encargos sociais	593	383
<b>Total</b>	<b>2.711</b>	<b>1.798</b>

Exercício/2020	Exercício/2019
780	792
1.338	623
593	383
<b>2.711</b>	<b>1.798</b>

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A..

31.12.2020				
	Conglomerado Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim S.A.	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	38	-	28	66
Ativos financeiros	-	-	55.477	55.477
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	(8.041)	(8.041)
<b>Resultado</b>				
Receitas financeiras	-	-	1.080	1.080

31.12.2019				
	Conglomerado Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim S.A.	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	63	-	240	303
Ativos financeiros	-	-	27.405	27.405
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	(625)	(625)
<b>Resultado</b>				
Receitas financeiras	-	-	5	5

### 20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados da Companhia, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os Programas de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou um novo Programa de Remuneração Variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017. O Conglomerado também possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo.

**Plano ILP:** plano com duração de 4 anos e consiste na concessão de um incentivo em espécie atrelado ao desempenho da organização no horizonte de tempo.

Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços ao Conglomerado pelos beneficiários dos programas de remuneração variável: no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos no resultado da Companhia em Despesas de Pessoal - Proventos R\$ 944 (R\$ 723 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 2.238 (R\$ 1.732 em 31 de dezembro de 2019).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados da Companhia e dos registros efetuados diretamente em contas do patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do patrimônio líquido base para a valorização da ação virtual.

#### Movimentação de ações virtuais <sup>(1)</sup>

	Exercício/2020	Exercício/2019
Quantidade inicial	17.803	41.539
Novas/Atualizações	7.331	7.680
Pagas	(25.134)	(25.133)
Canceladas	-	(6.283)
<b>Quantidade final</b>	<b>-</b>	<b>17.803</b>

<sup>(1)</sup> Inclui as ações virtuais do pessoal chave da Administração da Companhia.

### 21. PASSIVOS CONTINGENTES

#### a) Passivos contingentes - Prováveis

A Companhia não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas, com prognóstico de perda provável.

#### b) Passivos contingentes - Possíveis

A Companhia possui o montante de R\$ 506 (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2019) referente a passivos contingentes de natureza cível, relacionados basicamente às ações de cobrança. Este montante representa a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

### 22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### a) Processo de gestão de riscos

O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

#### b) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interviniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revistos mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

#### c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

#### d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia;

#### e) Risco mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

#### Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados em mercados ativos);
- **Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo e enquadrados no nível 2. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado. O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

#### f) Gerenciamento de Capital

Em linha ao estabelecido pelas Resoluções nº 3.988 e nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

### 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

#### Seguros vigentes

	31.12.2020		31.12.2019	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Riscos cobertos				
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	5.700	3	5.718	3
Seguro garantia - Fiança para processos judiciais	44	1	-	-

#### b) Proposta de aumento de capital

A fim de reenquadrar os limites das reservas de lucros ao disposto no artigo 199 da Lei 6.404/76, a Administração propôs, juntamente com a destinação do resultado do exercício, o aumento de capital social no montante de R\$ 20.607, mediante incorporação da reserva especial de lucros, sem a emissão de novas ações, a ser realizado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que avaliará as contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido	Reservas	
	Dividendos e JCP	Capital social	de capital e de lucros	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>625</b>	<b>29.570</b>	<b>38.111</b>	<b>68.306</b>
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	25.814	25.814
<b>Variações com efeito de caixa</b>	<b>(625)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(625)</b>
Dividendos pagos	(625)	-	-	(625)
<b>Variações sem efeito de caixa</b>	<b>8.041</b>	<b>17.092</b>	<b>(17.092)</b>	<b>8.041</b>
Aumento de capital	-	17.092	(17.092)	-
Dividendos a pagar	8.041	-	-	8.041
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>8.041</b>	<b>46.662</b>	<b>46.833</b>	<b>76.347</b>
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>759</b>	<b>16.189</b>	<b>29.229</b>	<b>46.177</b>
Recursos provenientes da destinação de resultado	5.551	-	22.263	27.814
<b>Variações com efeito de caixa</b>	<b>(6.310)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.310)</b>
Dividendos pagos	(6.310)	-	-	(6.310)
<b>Variações sem efeito de caixa</b>	<b>625</b>	<b>13.381</b>	<b>(13.381)</b>	<b>625</b>
Aumento de capital	-	13.381	(13.381)	-
Dividendos a pagar	625	-	-	625
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>625</b>	<b>29.570</b>	<b>38.111</b>	<b>68.306</b>